

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

De acordo com o relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos 2019”, no ensino superior, a população de alunos/as com deficiência cresceu 67% entre 2011/12 e 2018/19, mas, alterou-se pouco o panorama de serviços de apoio disponibilizados a estes/as estudantes.

Não obstante, entre 2009 e 2018, o número de desempregados/as com deficiência registados nos Centros de Emprego aumentou 41%, ao passo que na população em geral reduziu 38%. Segundo o relatório, este “aumento este traduz acrescidas dificuldades de inserção no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência, mas também a crescente procura dos serviços do IEFP por estas pessoas para ações de qualificação e inserção profissional”.

Mais, se considerarmos o período temporal entre 2009 e 2018, a despesa afeta a medidas específicas de reabilitação profissional caiu 59%, passando de 78.780.225,05€ para 32.412.381,49€, ainda que o número de beneficiários/as destas medidas tenha quase duplicado, aumentando de 17.103, em 2009, para 32.452 beneficiários, em 2018!

Estranha situação esta em que o número de beneficiários das medidas de reabilitação profissional quase que duplica, mas a dotação para estas medidas passa para menos de metade!

Nas diversas audiências efetuadas, o PSD tomou conhecimento da frustração e, até mesmo na desistência na procura de emprego pelas pessoas com deficiência.

As associações que referem que, muitas vezes são procuradas por empresas para oferecer empregos a pessoas com deficiência, mas que não dispõe de oferta para fazer face a esta procura, pois muitas pessoas com deficiência já desistiram de procurar emprego, já nem se inscrevem no Instituto de Emprego e Formação Profissional, pois, no seu entender, não vale a pena.

Ou seja, a desmotivação para a procura de emprego nas pessoas com deficiência acaba gerar o efeito “bola de neve”, já que, quando existem oportunidades de emprego, as pessoas não são chamadas, pois não estão inscritas.

Para o PSD é imperativo inverter esta situação, é urgente alterar esta dinâmica.

Há que valorizar as pessoas com deficiência e garantir que estas encetam e mantêm as diligências necessárias com vista à inserção no mercado de trabalho.

Para isso, é necessário alterar dinâmicas da procura e da oferta do mercado de trabalho para as pessoas com deficiência.

Se por um lado há que garantir às pessoas com deficiência que vale a pena estarem inscritas nos Centros de Emprego pois, a partir daí, poderão surgir oportunidades de trabalho. Por outro lado, também há que assegurar que existirão ofertas de emprego para pessoas com deficiência e que não estarão inscritas nos Centros de Emprego apenas para acederem a ações de qualificação e inserção profissional, sem o devido efeito prático na sua inserção no mercado laboral.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, perguntam:

1. Tem a Ministra conhecimento desta situação?
2. Qual o justificativo para a desacreditação das pessoas com deficiência nos Centros de Emprego?
3. Quando e como será solucionada esta situação, por forma a garantir às pessoas com deficiência que vale a pena estarem inscritas nos Centro de Emprego, com vista à sua efetiva inserção no mercado de trabalho, e não apenas para frequentar ações de qualificação e inserção profissional?

Palácio de São Bento, 29 de julho de 2020

Deputado(a)s

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

LINA LOPES(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

EDUARDO TEIXEIRA(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

OFÉLIA RAMOS(PSD)